

# PLANO DE ENSINO

Atualização em Política de Assistência Social: Gestão de Entidades Prestadoras de Serviços Socioassistenciais

DISCIPLINA I

**A Política Pública de Assistência Social e seu modelo de Gestão**



**FEAPAES - MG**

Federação das Apaes do Estado

# Plano de Ensino



**Nome da Disciplina:** A Política Pública de Assistência Social e seu modelo de Gestão

**Professor:** Edgilson Tavares de Araújo

**Data da oferta:** 1º semestre de 2016

## 1. Justificativa:

O atendimento e o acompanhamento socioassistencial das pessoas com deficiência é uma realidade nas entidades privadas, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

O investimento em recursos e ações de capacitação dos trabalhadores e gestores sociais, que trabalham com esta realidade, qualifica a intervenção e identifica as demandas dirigidas ao SUAS e as possibilidades de oferta de serviços por este Sistema.

Esta disciplina pretende subsidiar o reordenamento dos serviços, na área de Assistência Social e face às exigências da atual legislação – Lei nº 12.101/2009 e sua regulamentação. Nos termos dessa legislação, as entidades socioassistenciais privadas deverão atuar em consonância com a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS e sua regulamentação, e demais resoluções do Conselho Nacional de Assistência Social.

## 2. Objetivo Geral:

Analisar como a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) têm sido planejados e implementados nos municípios, por meio da compreensão dos seus instrumentos e modelo de gestão.

## 3. Objetivos Específicos:

- Compreender os princípios, diretrizes, conceitos e normas, que regem o SUAS e que estruturam a proteção social não-contributiva.
- Compreender a complexidade da estruturação do SUAS, no planejamento e na gestão das ofertas de serviços e benefícios socioassistenciais.
- Oferecer subsídios para realização de diagnósticos socioterritoriais, para oferta de serviços e benefícios socioassistenciais.
- Identificar os desafios para a implementação da rede socioassistencial, nos municípios.

## 4. Duração:

A disciplina estará disponível por 5 semanas, equivalendo a uma carga horária de 40h.

## 5. Metodologia:

O curso será ofertado inteiramente em ambiente virtual interativo, acessado através da Internet, customizado para a UNIAPAE. O material didático será constituído por: Texto Básico, produzido pelo professor conteudista; textos complementares; atividades avaliativas; páginas web interativas, criadas a partir do texto básico; tutoriais com áudio; vídeo-aulas; links e outros recursos de suporte à aprendizagem.

As interações individuais e coletivas, entre alunos e tutores e alunos entre si, se darão no próprio AVA- Ambiente Virtual de Aprendizagem, através dos instrumentos de Mensagens e Fóruns.

## 6. Unidades de Ensino e Ementário:

I - A proteção social não-contributiva, no modelo de Seguridade Social do Brasil: aspectos históricos e mudanças de paradigmas.

II - Bases legais e conceituais da proteção social não-contributiva: universalização, matricialidade sociofamiliar, atuação territorial, controle social, transparência, risco e vulnerabilidade social.

III - Política Nacional de Assistência Social: princípios, diretrizes e execução da política pública.

IV - Sistema Único de Assistência Social (SUAS): organização; tipificação de serviços socioassistenciais; gestão integrada de serviços, benefícios e transferências de renda.

V - Financiamento e controle social no SUAS.

VI - Gestão da informação e vigilância socioassistencial.

VII - Os desafios para atuação da rede socioassistencial: transversalidade e intersetorialidade das políticas públicas.

## 7. Sistema de avaliação, distribuição de pontos e certificação:

Para ser aprovado na disciplina, o aluno deverá obter, no mínimo, 70% dos pontos distribuídos nas atividades avaliativas propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem, sendo 90 pontos atribuídos à Atividade Objetiva e 10 pontos à qualidade da participação de cada aluno no Fórum de Discussão Temático. Na Atividade Objetiva o aluno tem direito a 3 (três) tentativas de acerto, prevalecendo a nota mais alta. A Atividade de Recuperação terá o valor de 90 pontos, substituindo o valor da Atividade Objetiva regular, tendo o aluno direito a apenas 1 (uma) tentativa de acerto.

Haverá uma Recuperação Global, por disciplina, no final do curso, em data fixada no Cronograma, no valor de 100 pontos, com direito a apenas 1 (uma) tentativa por aluno. Essa Atividade substituirá as notas obtidas no decorrer da disciplina e à ela terão acesso todos os alunos não aprovados na mesma.

Para obter a certificação, o aluno deverá obter no mínimo 70% dos pontos distribuídos em cada uma das disciplinas, inclusive no Trabalho Final.

## 8. Bibliografia:

ARAÚJO, Edgilson Tavares de; CRUZ, Deusina Lopes. Orientações técnicas sobre o Serviço de Proteção Social Especial para as pessoas com deficiência e suas famílias ofertado em Centros-dia de Referência: metodologias e técnicas acessíveis no serviço. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Pnud, 2013, 179p. (no prelo).

BOULLOSA, Rosana de Freitas. O SUAS e a Proteção Social Especial para a Pessoa com Deficiência: um caso de inovação em políticas públicas? In: XVIII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado

y de la Administración Pública, Anais...Montevideo, Uruguay, 29 oct. - 1 nov. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome, Secretária Nacional de Assistência Social e Combate à Fome. LOAS anotada – Lei Orgânica de Assistência Social. Brasília: MDS, 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome, Secretária Nacional de Assistência Social e Combate à Fome. NORMA OPERACIONAL BÁSICA – NOB/SUAS. Brasília: MDS, 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome, Comissão Intergestores Tripartite. Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Brasília: MDS, 2010.

\_\_\_\_\_. Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Texto da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social. Lei nº. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília: MDS, 1993.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011. Altera a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília: Presidência da República, 2011.

\_\_\_\_\_. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS. NOB-RH/SUAS. Resolução nº.01, de 25 de janeiro de 2007, Brasília: MDS, 2009.

\_\_\_\_\_. Resolução 130, de 15 de julho de 2005. Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social -NOB/SUAS. Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Censo Suas 2013. Acolhimento. Tabelas Censo Suas 2013. Brasília, mar. 2014.

CASTEL, Robert. La inseguridad social. Qué es estar protegido? Buenos Aires: Manantial, 2013.

COLIN, D. R. A. A gestão e o financiamento da assistência social transitando entre a filantropia e a política públicas In: STUCHI, C. G; PAULA, R. F. S.; PAZ, R. D. O. (org.) Assistência Social e Filantropia: cenários contemporâneos. São Paulo: Veras, 2012 (Coleção coletâneas), p. 193 – 244.

FERREIRA , Stela da Silva. NOB-RH Anotada e Comentada – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, Brasília: MDS, 2011.

IBGE, MDS. As entidades de assistência social privadas sem fins lucrativos no Brasil 2013. Primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

JACCOUD, Luciana. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME (MDS), Proteção Social no Brasil: debates e desafios. Brasília: MDS, Unesco, 2009, p. 57-86.

MACHADO, N. S.; SILVA, C. I. F.; LIMA, L. S.; ARAÚJO, E. T. Oferta de serviços socioassistenciais para pessoas com deficiência e suas famílias frente ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS): mapeamento e desafios no Recôncavo da Bahia - uma análise preliminar. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em

Gestão Social, ENAPEGS, 8º, Anais... Cachoeira-BA: UFRB, 2014.

MARQUES, Rosa Maria. Notas sobre o gasto e financiamento da assistência social e sobre as transferências fundo a fundo. In: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME (MDS), Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília: MDS, Unesco, 2009, p. 259-287.

MESTRINER, M. L. O Estado entre a filantropia e a assistência social. São Paulo: Cortez, 2001.

REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. Vozes do Bolsa Família. Autonomia, dinheiro e cidadania. Ed. revista e ampliada. São Paulo: Unesp, 2014.

RODRIGUES, Roberto Wagner S. A centralidade da informação no campo das políticas públicas. In: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME (MDS), Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília: MDS, Unesco, 2009, p. 287-303.

SPOSATI, Aldaiza. Desafios do sistema de proteção social. In: STUCHI, C. G; PAULA, R. F. S.; PAZ, R. D. O. (org.) Assistência Social e Filantropia: cenários contemporâneos. São Paulo: Veras, 2012 (Coleção coletâneas), p. 21- 38.

\_\_\_\_\_. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME (MDS), Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília: MDS, Unesco, 2009, p. 13-56.

\_\_\_\_\_. Seguridade Cidadã: múltiplos desafios para a institucionalidade social da América Latina. Seminário Internacional Inovações Locais frente a Inseguranças Globais: Brasil e Espanha. Barcelona, Espanha: Fundação CIDOB-IBEI – Centro de Investigação, Docência, Documentação e Divulgação de Relações Internacionais e Desenvolvimento de Barcelona, Instituto de Governo e Políticas Públicas da Universidade Autônoma de Barcelona; FGV-EBAPE – Escola Brasileira de Administração Pública, 2007 (mimeo).

TAVARES, Gisele S. O financiamento da Política de Assistência Social na era Suas In: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME (MDS), Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília: MDS, Unesco, 2009, p. 229-286.

TAPAJÓS, Luziele. A gestão da informação em Assistência Social. In: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME (MDS), Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília: MDS, Unesco, 2009, p. 304-330.





**FEAPAES - MG**  
Federação das Apaes do Estado